

arquivo & administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v 7 n.1 abril 1979

arquivos, memória da humanidade
jean favier

inutilização racional de documentos
eloísa helena riani marques

arquivos na velha roma
vicente sobriño porto

relatório duchein sobre
os arquivos no brasil

terminologia arquivística

683 Clas. PER
& Administração
r.1979 ex.2

PER. 02 \$ 25,00
371 ex.02 ISSN 0100-2244

arquivos, memória da humanidade*

jean favier**

Resumo

A importância dos arquivos, quer para a administração, quer para a história econômica, política, social, psicológica e religiosa da humanidade é colocada em destaque. Paralelamente são focalizados os principais problemas decorrentes da evolução dos arquivos, desde o seu surgimento na mais remota Antigüidade até os tempos modernos, tais como a organização dos acervos documentais, as falhas decorrentes da ação do fogo e da negligência do homem, as vantagens e desvantagens da microfilmagem, o perigo da fragilidade de novos suportes (fotografias, fotocópias, xerografia, cópias carbono, fitas magnéticas etc.), o uso crescente de computadores nas administrações do mundo contemporâneo e, finalmente, o interesse cada vez maior dos pesquisadores e historiadores em basear seus relatos nas fontes arquivadas.

Antes mesmo de serem a matéria-prima com que se escreve a história, os arquivos foram o arsenal da administração e o reflexo da história à medida que se esta se faz.

Desde a mais remota Antigüidade os arquivos públicos constituem a memória do Estado, enquanto cada indivíduo, por si mesmo, organiza seus arquivos particulares, como memória de sua própria atividade ou da de sua família. A função dos arquivos é conservar a lembrança das ações de um dia, para que sirva de base às ações dos dias subseqüentes.

Os suportes dos arquivos variaram, como variaram os objetos. Através das civilizações e das técnicas, sucederam-se a tabuleta de cera, a tabuleta de argila seca, a concha, o pedaço de vidro, o papíro, o papel e o próprio mármore. Desta forma, chegaram até nós, para formar uma história que os administradores de outrora mal poderiam imaginar, a correspondência dos reis do Oriente Próximo, o cadastro do Império Romano, a estrutura do patrimônio da Igreja de Roma, de Guilherme, o Conquistador, etc. . .

O traço comum a todos esses documentos, além do fato de procederem

da vida ativa e não de terem sido absolutamente concebidos para servir aos futuros historiadores, é sua relativa perenidade. Uma tabuleta ou um pedaço de mármore não se gastam com a leitura, e mesmo o frágil papíro, que sofre com as manipulações e com a ação da luz, não é afetado em nada quando percorrido com o olhar. Esses documentos apresentam outra característica comum: a unicidade.

As formas da tradição se diversificaram. Existe o original, seguido de perto pela cópia feita ao mesmo tempo a fim de proporcionar igual eficiência administrativa. Existe a cópia feita pelo próprio autor da ata com a finalidade de conservar as decisões tomadas e as informações fornecidas: é o registro, ou "rolo", graças ao qual nossos arquivos guardam, desde a Idade Média, toda a atividade das grandes administrações. Basta examinar os rolos da chancelaria britânica, os registros dos Papas e os do *Trésor des Chartes* da França para constatar quanto pode servir à história das sociedades humanas a memorização sistemática dos atos de governo e de gestão administrativa.

À medida que os grupos humanos organizados sentiram a necessidade de conservar seus arquivos, sentiram também a necessidade de organizá-los. Na verdade os arquivos são a referência privilegiada de qualquer decisão baseada em precedentes, o que significa que são a base de toda administração consuetudinária e de toda jurisdição que não conte com o respaldo de um corpo jurídico.

Entre os meios empregados para a organização de arquivos está o inventário sob todas as suas formas — alfabética, cronológica, topográfica, metódica — que pode reunir documentos conservados para tornar sua busca mais fácil e rápida. Já na Antigüidade este meio era conhecido, mas só na Idade

* Extraído de *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, 6(5):10-15, maio/1978.

** Diretor-geral dos Arquivos da França e membro do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos. Foi diretor de estudos da Ecole Pratique des Hautes Etudes, de Paris, posteriormente professor de História Econômica Medieval na Sorbonne, cujo Instituto de História dirigiu de 1971 a 1975.

Média, principalmente a partir do século XIII, multiplicaram-se os seus usos e aplicações.

Esses arquivos tradicionais têm suas falhas. A primeira é a vulnerabilidade dos documentos a todos os agentes de destruição, principalmente o fogo, terror das cidades antigas. No decorrer dos séculos os incêndios destruíram documentos cuja falta os historiadores ainda hoje lamentam, ao tentar advinhar, com grande dificuldade, os dados que deveriam conter.

Outro flagelo de que padecem os arquivos desde que os homens os consultam é, para usar um eufemismo, a desaparecimento de documentos. A par de casos relativamente raros de roubos indiscutíveis, muitas desapareções se devem unicamente à negligência dos homens, que esquecem de recolocar no lugar devido os documentos consultados em seu trabalho cotidiano. Se os arquivos tivessem sido menos úteis, seriam mais ricos.

A partir do século XVII, principalmente, os historiadores ocidentais sentiram necessidade de basear seu relato dos acontecimentos e sua análise das estruturas do passado no exame das fontes arquivadas. Para o arquivista, o documento passava a apresentar interesse histórico, a par de seu valor como título jurídico, justificação e precedente. Não só se conservavam os arquivos como se constituíam coleções de documentos históricos, formadas por originais e cópias. As bibliotecas dos grandes mecenas eram enriquecidas com essas coleções factícias, compostas de peças de arquivo mais ou menos subtraídas de seus fundos originais. Os eruditos vasculhavam a Europa em busca de textos inéditos, tirando inúmeras cópias, para seu próprio uso e para o de seus amigos. Estas cópias, geralmente obtidas antes das grandes destruições causadas por incêndios ou pela fúria de conseguir documentos, são o único meio de que dispomos para conhecer alguns textos essenciais.

O despertar do interesse histórico transtornou por completo as normas do ofício de arquivista, cujas funções principais, até então orientadas para utilidade imediata da administração, adquiriram o sentido de servir ao historiador tanto quanto ao mundo contemporâneo. Esta preocupação histórica chegou mesmo, já no século XIX, a determinar um reforço de priorida-

des, e o arquivista — geralmente um erudito — dava preferência ao serviço do historiador, deixando em segundo plano a administração contemporânea. Não é de espantar que esse século, o XIX, cuja história é uma das mais difíceis de escrever justamente por ter havido pouca preocupação com os futuros historiadores, seja o século em que se desenvolveram as teorias positivistas da história. O interesse era colocado no passado, e esquecia-se que o presente de então também viria no futuro a ser passado.

Foi no século XIX que a maioria dos países criou as grandes coleções de inventários, as grandes séries de publicações exaustivas e os fichários detalhados que ajudaram a história a progredir.

À medida que os arquivos adquiriam sua dimensão científica e cultural, afirmava-se e se tornava mais nítido o direito dos cidadãos a um patrimônio arquivístico comum. Isto significava novas obrigações para os serviços de arquivos, obrigações que deram origem às do serviço público atual: comunicar, auxiliar a pesquisa, aconselhar. A pesquisa universitária, que então se desenvolvia, atulhava as salas de leitura dos depósitos de arquivo com um público desinteressado mas ávido, que encarava o direito de acesso aos arquivos como uma forma do direito à verdade.

No século XX, os problemas da massa foram introduzidos na arquivística. O aumento, sensível na maioria dos países, dos campos onde se multiplicavam as intervenções do Estado, é um dos primeiros fatores do aumento quantitativo dos arquivos. Há apenas um século, inúmeras questões podiam ser resolvidas sem que fosse preciso sair da esfera privada. Atualmente, a simples construção de uma casa ou a execução de uma peça musical, implica, de um modo ou de outro, a presença do Estado; o Estado autoriza, proíbe, regulamenta, auxilia, cobra taxas. Isto significa que os arquivos públicos refletem as atividades de uma coletividade, e ao mesmo tempo, que os arquivistas, a fim de fornecerem esclarecimentos complementares, preocupam-se hoje, mais do que no passado, em salvaguardar arquivos particulares, sejam eles de simples indivíduos ou de estadistas, sejam os de um pequeno comerciante ou de uma empresa multinacional.

Outro fator que transtorna os dados da arquivística é, naturalmente, o progresso da tecnologia documental. Em um século, evoluiu-se da pena à esferográfica, do copista à máquina de escrever elétrica e daí às máquinas multicopiadoras, à fotocópia e à xerografia. O documento único, antes regra, tornou-se exceção.

A primeira consequência desta multiplicação dos arquivos é que ninguém mais pode administrar sozinho a massa de documentos, que mesmo sem serem utilizados todos os dias, apresentam interesse suficiente para não serem destruídos. Daí a necessidade de que pessoal especializado — documentalistas ou arquivistas — tome a seu cargo o destino desses arquivos "vivos".

É o arquivo intermediário ("pré-arquivamento") que transfere para o domínio da arquivística o que até então pertencia à administração do órgão. O arquivo intermediário não é apenas o simples fato de amontoar arquivos ainda não examinados, mas uma verdadeira administração de documentação ainda útil e que já começa a ser objeto de cobiça dos pesquisadores.

A massa de documentos leva pois, muito mais do que no passado, à sistematização da prática da triagem. Mas a eliminação deve ser muito bem estudada, para que se evite o risco de eliminar documentos que possam vir a ser úteis algum dia.

Pode-se fazer uma escolha por amostragem: no plano do tempo, seleciona-se um ano em cada cinco ou dez; no plano do espaço, a escolha tem de ser cuidadosa, a fim de que as regiões cuja documentação se deseja conservar sejam capazes de oferecer uma amostragem diversificada, que reflita diferentes situações humanas e econômicas. E há também a amostragem temática, que permitirá ao historiador do futuro ter uma visão do tempo atual em toda a sua complexidade.

Para todas essas dificuldades derivadas da grande massa de documentos e do custo de sua conservação, o microfilme pretende oferecer uma solução definitiva. E com efeito, quando se pensa no preço do metro de filme virgem, fica-se maravilhado de ver contido numa simples caixinha o mesmo material que ocupa metros e metros quadrados de um depósito de construção bastante cara. Mas quando se pensa no trabalho necessário para preparar

os documentos a fim de serem microfilmados, quando se calcula os salários exigidos para a operação propriamente dita — sem esquecer os custos do material de microfilmagem — chega-se à conclusão de que microfilmар fundos de arquivos para conservá-los num pequeno volume custa duas vezes mais do que construir um edifício especialmente para guardar fundos de arquivos.

Esta constatação, que transfere para o início do século XXI o momento em que talvez a microfilmagem de substituição esteja ao alcance dos arquivistas, vem acrescida de outro inconveniente igualmente grave: por eliminar muitos elementos de análise e de peritagem, o microfilme ainda não é reconhecido na maioria dos países nem como título nem como prova judicial.

Isto não impede de modo algum que o microfilme ofereça aos arquivistas de nosso século infinitos recursos derivados de seu pequeno volume. Na verdade, ele é hoje o instrumento insubstituível para todos os documentos que se encontram em locais distantes.

A grande mudança das técnicas de documentação acrescentou às preocupações dos arquivistas uma ameaça já um tanto esquecida desde os tempos do papiro: a da fragilidade, para não dizer do efêmero, dos novos suportes de documentos. Dentro de um ou de cinco séculos, que restará de nossas fotografias que amarelecem, de nossas fotocópias que desbotam, de nossas cópias xerox ou de papel carbono? Dentro de trinta anos, que restará de nossas fitas magnéticas cujo material se estraga um pouco a cada consulta e cuja magnetização vai desaparecendo por si só?

Mais grave ainda é o problema advindo do uso de computadores nas diversas administrações do mundo contemporâneo. As memórias que se conservam — mesmo que os arquivistas passem a contar com um número maior de meios para regenerá-las e para combater a degradação natural — serão compatíveis, daqui a um século, com as máquinas que então governarão o mundo? Que se fará se estas memórias se tornarem mudas?

Além disso, pode não ser suficiente adotar para a conservação destas memórias os mesmos princípios que regem o arquivamento de papéis. O pa-

pel conserva a marca dos sucessivos estágios da redação. Um registro, um livro de contabilidade, um dossiê individual guardam as várias etapas dos trabalhos de um tribunal, das contas de uma empresa, de uma carreira ou de uma vida. O computador, a cada momento enriquecido dos novos dados com que é alimentado, se empobrece ao mesmo tempo, quando estes novos dados anulam dados antigos que ele já continha. Se não tomarmos cuidado, o historiador encontrará na memória conservada o resultado final e não um processo que teve sua duração no tempo.

De qualquer forma, o aumento da curiosidade científica modificou, nos últimos cinquenta anos, as condições da conservação e da organização dos arquivos. O arquivista de 1914 sabia, de modo geral, o que lhe seria pedido dentro de alguns anos: era precisamente o que lhe pediam alguns anos antes. Os arquivos — fonte tradicional da história institucional e política, da monografia local, da biografia e até da genealogia — transformaram-se no campo de explorações dos pesquisadores que se interessam pelo homem dos tempos passados em toda a variedade de seu comportamento. Recorre-se aos mesmos arquivos para reconstituir a história econômica e social, a história da psicologia coletiva e da sociologia religiosa de épocas passadas. A história dos preços e das técnicas, a da higiene e a das formas de religiosidade estão misturadas a temas de interesse que pesquisadores consultam nos arquivos.

Mas ao mesmo tempo que o historiador se volta para um passado ainda próximo, o cidadão vela por seu direito à privacidade de sua vida particular e familiar. Este é outro problema desconhecido dos arquivistas do século passado. Outras contradições vêm juntar-se à deontologia milenar do arquivista: abrir com grande liberalidade os fundos de arquivos mais recentes, permitir a análise científica de nosso tempo, dar a conhecer os procedimentos de uma administração que tem o dever de prestar contas de seus atos, e ao mesmo tempo proteger cada indivíduo de curiosidades indelicadas e de pressões pessoais.

Uma coisa são os direitos humanos, outra coisa os direitos de cada pessoa. O desmembramento dos grandes impérios, a partir da Idade Média e mais

precisamente nos dois últimos séculos, obrigou muitos povos a procurarem em arquivos estrangeiros os documentos necessários à reconstituição de algumas partes ou mesmo da totalidade de sua história. Daí uma série de reivindicações bastante compreensíveis mas infelizmente muito difíceis de atender. A estrutura dos arquivos não reflete necessariamente as estruturas territoriais resultantes do desmembramento do Império Otomano, do Império Austro-Húngaro, dos impérios coloniais ou das zonas de ocupação militar. O microfilme, que parece oferecer a melhor solução no que concerne às ciências, apresenta o duplo inconveniente de não resolver nenhum dos problemas básicos e de ser, como vimos, de custo muito elevado. O assunto vem sendo estudado pela Unesco, pelo Conselho Internacional de Arquivos e pela Mesa-Redonda Internacional de Arquivos.

Assim, depois de três milênios de história dos arquivos, chegamos a um paradoxo. Os arquivos, reflexo e testemunho das dificuldades com que se defrontaram os homens de todos os tempos, tornaram-se, por sua vez, um elemento da política nacional e internacional de cada país.* No momento em que os Estados modernos definem através de leis o direito aplicável a seus próprios arquivos e determinam, mediante negociações, o direito que desejam ter sobre arquivos que não lhes pertencem, abrem uma nova página na história da memória humana.

Abstract

The importance of archives for administration and for the study of history, be it economic, political, social, psychological or religious is stressed. The many problems raised by the development of archives, from their origins to the present day — the organization of records, the losses caused by fire or by man's carelessness, the advantages and disadvantages of microfilms, the fragility of new supporting materials (such as photographs, photocopies, electronic copies, carbon copies, magnetic tapes etc.), the ever increasing use of the computer, and the growing trend shown by researchers to base their reports on recorded material.

* A preocupação dos chefes de Estados em desenvolvimento é a mesma dos reis medievais, e demonstra a continuidade da busca do melhor meio de governar e administrar.